ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

---------- **ATA N º. 01 / 2015** ----------

---------- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** ----------

------ DATA DA SESSÃO: Vinte e seis de janeiro de dois mil e quinze. ----------

------ LOCAL DA SESSÃO: Sala de Sessões da Assembleia Municipal. ----------

------ INÍCIO DA SESSÃO: Dezassete horas e quarenta minutos. ----------

------ ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Vinte horas e cinco minutos. ----------

------ PRESIDIU: Josias Gil de Amorim Teixeira da Costa ----------

------ 1º SECRETÁRIO: Lília Cristina Soares Laranjeira ----------

------ 2º SECRETÁRIO: Márcia da Silva Lopes. ----------

------ MEMBROS PRESENTES: ----------

------ PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: ----------

----- José de Oliveira Bastos, Lília Cristina Soares Laranjeira, Ilídio Moreira Leite, Durbalino de Sousa Dias, Susana Maria Oliveira Lamas, Paulo Jorge Guimarães Ferreira, Carlos Tavares Fernandes, Andreia Jorge Guimarães Oliveira, David Emanuel Amaro da Rocha. ----------

------ PARTIDO SOCIALISTA: ----------

------ Josias Gil de Amorim Teixeira da Costa, Rodolfo António Teixeira Degues Andrade Oliveira, Márcia da Silva Lopes, Pedro Emanuel Tavares Costa Santos, Ana Rita Pinho Pereira, José Carlos Pinheiro Fonseca, Artur Ventura Ribeiro Nunes, Maria Clara Martins Silva Carvalho e Helena Teresa Anunciação Couto (Presidente da Junta da Freguesia). ----------

------ MOVIMENTO INDEPENDENTE SJM SEMPRE: ----------

------ Luís Quintino dos Santos Lima. ----------

------ Manuel Joaquim Neves dos Santos. ----------

------ COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA: ----------

------ Rita Susana Bastos Oliveira Mendes. ----------

------ Jorge Manuel de Resende Cortez. ----------

----- MEMBROS PRESENTES DA CÂMARA MUNICIPAL ----------

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Ricardo Nicolau Soares Terra Oliveira Figueiredo. –

----- VEREADORES: Luís Miguel dos Santos Ferreira (PS), Luís Miguel Pereira de Oliveira (PSD), Manuel da Silva Oliveira (PS), Dilma Cardoso da Costa Nantes (PSD), Teresa Maria Melo Tavares Correia (PS) e Jorge Manuel dos Santos Lima (Movimento Independente SJM Sempre). ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

----- Dando início à Sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, saudou todos os presentes e comunicou, de seguida, os pedidos de justificação de faltas e respetivas substituições, nos termos do nº 1 do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e em conformidade com o Regimento, apresentado por: Maria Alice da Silva Vieira, da CDU, substituída por Rita Susana Bastos Oliveira Mendes, Graça Maria Reis de Melo, do PS; substituída por Maria Clara Martins Silva Carvalho; Pedro Soares da Silva Rodrigues Neto; do PSD, substituído por David Emanuel Amaro da Rocha, José Correia de Lima, do PS, substituído por Pedro Emanuel Tavares Costa Santos e Pedro Manuel Sousa Neves, do PSD, substituído por Durbalino de Sousa Dias. ----------

------- De imediato procedeu à leitura da Ordem de Trabalhos: ----------

---------- **ORDEM DE TRABALHOS** ----------

1 - Período de Intervenção do Público ----------

2 – Período da Ordem do Dia ----------

2. 1 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre "Pedido de Autorização para a Contratação de Empréstimo a Curto Prazo".----------

2. 2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre "Designação do Fiscal Único da Empresa Águas de S. João, E.M., S.A".----------

---------- Antes de se passar ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, o senhor deputado municipal, JOSÉ OLIVEIRA BASTOS, do PSD, pediu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para usar da palavra para fazer uma interpelação à Mesa, o que lhe foi concedido. Assim, no uso da palavra, e após cumprimentar todos os presentes, disse: "Eu quero fazer uma interpelação à Mesa só para anunciar o seguinte: Vou entregar na Mesa um texto que espelha um Voto de Louvor, para ser certamente agendado para a próxima Sessão da Assembleia Municipal, e que diz respeito à distinção de que foi alvo o projeto de atletismo para crianças e jovens dos bairros sociais, desenvolvido pelos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara do Município de S. João da Madeira. ----------

- Como sabe, este projeto foi distinguido como Iniciativa de Alto Potencial em Inovação e Empreendedorismo Social." ----------

---------- **PONTO 1** ----------

---------- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

---------- ANTÓNIO FERNANDO GOMES OLIVEIRA – No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: "Cumpre-me a missão..., se calhar de muitos pais e que eu me autointitulo como representante. O que eu questiono é o seguinte: Em dois mil e treze os manuais escolares foram comparticipados pelo SASE; no ano de dois mil e catorze foi a Câmara que decidiu que ia comparticipar o pagamento dos manuais escolares às famílias sanjoanenses. Eu pergunto o porquê de a verba não ter sido paga já, até dois mil e catorze? Pior que isso, está contemplado na transferência de despesa não paga para o exercício de dois mil e quinze exatamente essa verba dos manuais escolares? Para além disso, vem nas parangonas dos jornais dizendo que a Câmara Municipal iria pagar durante o mês de janeiro os manuais escolares relativamente ao ano de dois mil e catorze. Eu pergunto: Quando? Porque estamos no dia vinte e seis de janeiro e os Agrupamentos ainda não receberam transferências nenhumas. Eu pergunto quando é que os pais vão ser ressarcidos dessa importância? ----------

- O Natal para muita gente, se calhar para todos vós foi ótimo. Eu não pude dar um rebuçado aos meus filhos. Eu digo que o vosso Natal pode ter sido ótimo, eu tenho dois filhos dependentes de mim e o dinheiro fazia-me falta. Eu não tive possibilidade de dar um rebuçado aos meus filhos. ----------

- Apelo ao bom senso. Não sou só eu, são muitos agregados familiares em S. João da Madeira que têm batido à porta da Câmara para saber quando é que vão receber e não têm resposta nenhuma. Eu peço ao Senhor Presidente que tome posições em relação a este assunto porque isso é grave. Substituírem-se a uma entidade que era o SASE em dois mil e treze, em dois mil e catorze prometem o pagamento dos manuais escolares com a entrega das faturas, com os NIBS bancários, com todo o resto, e ainda não foi pago nada!" ----------

---------- FERNANDO FONTES VIEIRA – No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- "Eu não vinha minimamente interessado em intervir na Assembleia e cheguei um pouco atrasado. Eu gostaria de perguntar ao senhor Engenheiro Oliveira Bastos acerca do último voto dado à equipa de Atletismo dos Serviços Sociais, que mais não serve do que a fotografia, que me tentasse explicar, se possível, como é que os subsídios anuais atribuídos à Secção de Atletismo - porque ao fim e ao cabo os Serviços Sociais não tem mais nada do que o Atletismo - são controlados? Quem é que controla os gastos de transporte? Quem é que controla os gastos

com atletas? Quem é que controla os gastos com despesas, por exemplo, nas castanhas, em que o senhor Presidente da Câmara vai lá também tirar a fotografia? Quem é que controla toda essa área desportiva? Porque vou-lhe dizer muito francamente, senhor Engenheiro Oliveira Bastos, a ação social a nível de atletismo feita pelo senhor Alberto Batista é uma coisa de enaltecer, mas o senhor Alberto Batista querer por exemplo, como no ano passado, arranjar uma equipa que vinha de Vila Nova Gaia para cá, ficar em edifícios da Habitar, para engrandecer o Clube e ficar ao fim da época e estar a dever-lhe o dinheiro dos sapatos, disto e daquilo e daqueloutro, pondo em causa na praça pública do atletismo o nome de S. João da Madeira, acho que não é digno. E posso-lhe dizer uma coisa senhor Engenheiro Oliveira Bastos, desafio inclusive a fazer esse favor, anda em parangonas neste momento o nome do senhor Alberto Pinto, um atleta com cinquenta anos de idade, da Guarda Republicana, que na realidade anda a defender as cores do Fundo de Vila e que não deve de ficar tão barato como aquilo que o senhor pensa. Os Serviços Sociais não foram criados minimamente, na mente, de andar a criar atrativos extras, porque tivemos um que era um bom atleta, o Jambane, que inclusive foi subsidiado à grande e à francesa e hoje infelizmente anda no mundo da droga." ----------

---------- RICARDO NICOLAU SOARES TERRA OLIVEIRA FIGUEIREDO / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

- "Relativamente aos manuais escolares, realmente não houve disponibilidade para fazer o pagamento mais cedo. O pagamento será feito logo que possível, previsivelmente ainda este mês." ----------

---------- De imediato, passou-se ao ponto 2.1 da Ordem de Trabalhos. ----------

---------- **PONTO 2.1** ----------

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE "PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO". ----------

--- O senhor Presidente colocou à apreciação e discussão a proposta referida em título, constante da deliberação camarária de treze de janeiro de dois mil e quinze, e previamente distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal, que se refere à contratação de um empréstimo a curto prazo, de um milhão de euros (1.000.000,00 euros), junto do Banco Millennium BCP, para ocorrer a necessidades de tesouraria.----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- Seguidamente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da mesma. ----------

---------- RICARDO NICOLAU SOARES TERRA OLIVEIRA FIGUEIREDO / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra, e apos saudar todos os presentes, disse: ----------

--- "Este ponto diz respeito a um empréstimo de curto prazo que se destina a apoio à tesouraria. É contraído este ano e é pago até dezembro durante o próprio ano. ----------

- A razão da necessidade deste empréstimo de curto prazo tem a ver com o facto já conhecido e que é já algo que ocorre todos os anos, que é o facto de nós recebermos o IMI em maio, agosto e dezembro. E tendo o IMI uma preponderância muito grande nos impostos diretos - significa sessenta por cento dos impostos diretos ou mais de três milhões de euros - isto tem um impacto na tesouraria. É certo que a despesa é regular, a despesa corrente tem um caráter regular, é um gráfico relativamente plano, a receita, por motivo do IMI, tem uns picos em maio, agosto e dezembro. Portanto, este empréstimo de curto prazo tem por objetivo adequar a receita ao perfil da despesa corrente. É um empréstimo contraído agora e pago este ano. Devo dizer que é um mero instrumento de gestão, vulgar em muitas Autarquias e em inúmeras empresas, não tem impacto nas opções do Orçamento de dois mil e quinze, e por isso não tinha que ser discutido em sede de discussão do Orçamento. Como digo, é um instrumento de gestão, mas que tem uma enorme importância na operacionalidade da Câmara. É uma ferramenta necessária para se poderem estabelecer todos os compromissos necessários para o encontro das expetativas dos sanjoanenses. ----------

- E por que é que estamos este ano a falar de um empréstimo de curto prazo e, por exemplo, o ano passado não falamos nisto, se sempre houve discrepância entre os recebimentos e a despesa? A verdade é que anteriormente não havia Lei dos Compromissos e, portanto, podia-se gerir a tesouraria, até que depois mais à frente se recebia em maio, em agosto ou em dezembro o IMI. Isso dava alguma flexibilidade que a Lei dos Compromissos veio prejudicar. No entanto, no ano passado já existia a Lei dos Compromissos e não optamos por um empréstimo de curto prazo, desde logo porque uma simples opção de gerir de uma forma muito apertada a tesouraria da Câmara, sabíamos que tínhamos fundo comunitários a receber, contava-se receber a receita de venda de jazigos, da ampliação do cemitério e venda de terrenos na zona industrial das Travessas. Mas a verdade é que se no início de dois mil e catorze soubéssemos

que não íamos realizar essas receitas do cemitério e da zona industrial, se soubéssemos que íamos ter uma receita muito reduzida, quase metade de IMT, de Derrama e de Imposto Único de Circulação, se soubéssemos que tínhamos que pagar subsídio de férias, se soubéssemos que teríamos despesas acrescidas de pessoal, por eliminação das reduções remuneratórias, por aumento do salário mínimo nacional e por aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, se tivéssemos tido hipóteses de saber isto tudo no início do ano, é claro que teríamos feito um empréstimo de curto prazo também em dois mil e catorze. ----------

- Este ano vamos fazer este empréstimo, assim esta Assembleia o aprove. É importante para a Câmara para que esta tenha a prontidão que os sanjoanenses esperam da Câmara. Não podemos adiar este tipo de assuntos tão importantes para os sanjoanenses e por isso se tornou necessário que este assunto fosse tratado com celeridade, não sendo urgente, era um assunto importante para cumprir com a agenda que os sanjoanenses esperam de nós. ----------

- Os senhores têm perante vós a informação que por deliberação de Câmara se achou necessária e suficiente para tomarem a decisão. Nessa reunião de Câmara foram pedidos mapas da receita e da despesa do fecho de contas de dois mil e catorze, aliás, já tinham sido pedidos anteriormente, mas nessa mesma reunião esses mapas foram entregues aos Senhores Vereadores. É claro que, sendo estes três milhões de IMI recebidos em três tranches, está bom de ver que há aqui uma gestão de tesouraria a fazer. Mas apesar disso, consideraram os presentes nessa reunião de Câmara, aliás, por unanimidade, que seria útil um mapa previsional de tesouraria que pudesse ser enviada à Assembleia Municipal juntamente com a deliberação e foi isso que foi exarado na própria deliberação. É esse mapa que consta da vossa documentação e o mapa é claro e dispensa mais apresentação, aliás é acompanhado de um gráfico. Têm pois toda a informação que por deliberação de Câmara se achou necessária e suficiente para tomarem a decisão. Esta é uma decisão que tem a ver com a tesouraria de dois mil e quinze e com esses dados que têm em vosso poder e deve basear-se no mapa previsional da tesouraria e não numa análise às contas da Câmara. ----------

- Mas eu sei, naturalmente que os Senhores quererão aproveitar esta Assembleia para falar de contas, prevejo isso. Então falemos de contas, embora não seja esse propriamente o ponto. Antes de mais, desde logo posso dizer que em dois mil e catorze a Câmara pagou de subsídios oitocentos e quarenta e cinco mil euros. Posso dizer também que nos últimos dez anos foram

abatidos à dívida nove milhões de euros. Hoje temos nove milhões de euros de dívida líquida, temos nove milhões e oitocentos, mas temos um milhão de depósitos, depósitos caução. Portanto, nos últimos dez anos abatemos nove milhões à dívida e hoje temos nove milhões de dívida liquida. Nos últimos dez anos pagamos de subsídios dois vírgula cinco milhões de euros, a Câmara Municipal de S. João da Madeira pagou, nos últimos dez anos, dez vírgula cinco milhões de subsídios. Hoje tem nove milhões de dívida liquida. ----------

- Fazendo uma análise muito resumida às contas, sendo certo como ponto de partida que os impostos aqui no Município de S. João da Madeira estão longe do máximo - o IMI está abaixo da média ou do ponto médio legal e os outros impostos, IRS e Derrama, estão abaixo do máximo. E é certo que, no que diz respeito à receita, em dois mil e catorze tivemos aqui - dado não se terem vendidos os terrenos e dado ter havido uma quebra nos impostos diretos - uma quebra de receita em relação ao Orçamento de um vírgula oito milhões de euros. Tivemos acréscimos de despesa de que já falei e a combinação destes dois fatores fez com que houvesse aqui uma quebra orçamental de praticamente dois milhões de euros. Apesar desta quebra de dois milhões de euros em relação ao Orçamento, foram investidos e pagos em dois mil e catorze quatro milhões duzentos e quarenta e sete mil euros de investimento pago. Devo dizer que foram investidos noventa e oito mil euros em habitação social, investimos na Zona Industrial das Travessas, Casa das Artes e Criatividade, Pavilhão das Travessas, eficiência energética, reabilitação de arruamentos, piscina municipal, manutenção de instalações desportivas, etc., etc. ----------

- Apesar de toda esta quebra que falei de dois milhões na receita e do investimento que fizemos de quatro vírgula três milhões de euros, as dívidas de médio e longo prazo puderam reduzir-se em um vírgula oito milhões de euros e as dívidas de curto prazo foram reduzidas em um milhão quatrocentos e sessenta e quatro mil euros. O que fez com que, no final do ano de dois mil e catorze, a dívida de curto prazo não titulada por depósitos bancários, porque nós tínhamos, como disse, um milhão de euros de depósitos bancários, depósitos caução, a dívida, dizia eu, de curto prazo não titulada por depósitos bancários era de um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil euros, dos quais, um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil euros eram efetivamente dívida a fornecedores. A diminuição da dívida global da Câmara, durante o ano de dois mil e catorze, foi então de três vírgula dois milhões de euros, ou seja, a dívida diminuiu de

mais de treze milhões de euros para nove milhões e oitocentos mil euros, a dívida diminuiu, em dois mil e catorze, vinte e cinco por cento. Diminuiu mais em dois mil e catorze do que nos três anos anteriores. Nos três anos anteriores baixou três milhões, só em dois mil e catorze baixou três vírgula dois milhões. A dívida em dois mil e catorze baixou a um ritmo de sessenta mil euros por semana, ou nove mil euros por dia do ano. ----------

- A verdade é que hoje temos uma dívida de nove milhões (uma dívida líquida, estou aqui a tirar os depósitos que temos) e tem uma margem adicional de endividamento de catorze milhões de euros, nos termos daquilo que é o enquadramento legal. Temos uma dívida de nove milhões, podíamos ter uma dívida de mais catorze milhões do que o que temos. ----------

- O prazo médio de pagamento manteve-se, segundo o que está inscrito na DGAL, manteve-se em quarenta e nove dias no final de dois mil e catorze, o que é um valor igual ao de dois mil e treze, de acordo com a mesma fonte. ----------

- A liquidez geral do Município subiu, de dois mil e treze para dois mil e catorze, de cerca de trezentos para quatrocentos por cento. ----------

- Estas contas são excelentes, mas a oposição anda para aí a dizer que a situação financeira é grave, que é comprovadamente grave, mas não comprovam nada, nem podem comprovar. Não comprovam porque não fazem contas, não fazem contas porque não sabem fazer contas. E mesmo que soubessem, arranjariam maneira de deturpar para dizerem o que lhes convêm, nem que para isso tivessem que prejudicar a terra. ----------

- Julgam que podem tirar dividendos políticos, nem que para isso tenham que sacrificar a honorabilidade e o bom nome da Câmara. Julgam que para tirar dividendos políticos podem sacrificar a honorabilidade e o bom nome da cidade. Julgam que para tirar dividendos políticos, podem sacrificar a honorabilidade e o bom nome dos sanjoanenses. ----------

- Com esta conduta, no entanto, não prejudicam só a Câmara, com esta conduta prejudicam sobretudo os sanjoanenses e a cidade. Mas os sanjoanenses não se deixam enganar e sabem muito bem responsabilizar a oposição pelo que está a ocorrer em S. João da Madeira. ----------

- E deixem que vos diga: que ato de elevado caráter teve a oposição ao pretender dizer aos sanjoanenses que a cidade tinha uma dívida de sessenta milhões, quando afinal a Câmara devia treze milhões! Como pode esta oposição, que se diz responsável, chumbar uma piscina com três milhões de euros de fundo perdido, prejudicando os sanjoanenses, dizendo que não podíamos

pagar dois vírgula sete milhões de euros em quinze anos, quando só este ano pagamos mais do que isso! Como pode esta coligação da oposição dar provimento à Junta e apoderar-se da Torre da Oliva, um equipamento ao serviço da cidade, que querem transformar em gabinetes de funcionários e autarcas! A verdade é que fizeram aprovar isto, sem mesmo sequer saberem o que é que afinal a Junta pretendia ocupar! Sabemos hoje que a Junta quer ocupar um piso, na altura não sabíamos sequer isso. Que matriz comportamental esta da oposição que olha sempre para os seus pequenos interesses de curto prazo e nunca para os interesses estratégicos da cidade! Que olha para o imediato e nunca para o longo prazo! Que olha para os seus interesses e não para os interesses dos sanjoanenses! ----------

- As contas foram inquestionavelmente boas ao longo de vários anos de administração do PSD. Em dois mil e catorze pagámos vinte e cinco por cento da dívida e agora a oposição diz que a situação financeira ficou grave! Por muito que digam que as contas são más, as contas não ficam más por isso. As melhores empresas, meus senhores, tem spreads de três por cento, as mesmo muito boas, aquelas que não precisam de dinheiro, podem até ter spreads de dois por cento. A Câmara Municipal conseguiu, para este empréstimo, um vírgula vinte e quatro por cento. Conhecem alguma organização, empresa ou particular com uma taxa de juro mais baixa? Julgo que não. Fechamos o ano de dois mil e catorze com as boas contas demonstradas, aprovámos o Orçamento de dois mil e quinze, hoje ficará aprovado um empréstimo de curto prazo. Fica assim garantida, hoje, a operacionalidade da Câmara, teremos agora, meus senhores, de garantir a governabilidade política necessária para a defesa dos interesses dos sanjoanenses." ----------

---------- JORGE MANUEL RESENDE CORTEZ / CDU – (Protesto) - No uso da palavra, disse: ---

--- "Senhor Presidente da Câmara, ouvi com muita atenção as suas afirmações e a defesa da tese que traz para conseguir da Assembleia autorização para este empréstimo. Contudo, há uma coisa que nós, CDU, não aceitamos, é que quando se dirija à oposição, se dirija no singular. Porque se há oposição e se oposição é não fazer parte da governação, nós não nos identificamos com algumas acusações que fez, e provavelmente se queria fazer acusações à CDU, ou se esqueceu... porque haveria acusações ou críticas a fazer à CDU! Portanto, por favor, diga quem é a oposição a que se dirigia, pelo menos daqui para o futuro." ----------

---------- RICARDO NICOLAU SOARES TERRA OLIVEIRA FIGUEIREDO / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Novamente no uso da palavra, disse: "Senhor Deputado, refiro-me à oposição que faz parte ao Órgão que presido". ----------

---------- LUÍS QUINTINO DOS SANTOS LIMA / MOVIMENTO SJM SEMPRE - No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- "Antes de iniciar o que tinha para dizer, queria dizer duas coisas ao Senhor Presidente da Câmara: ----------

- Primeiro lugar, quando o Senhor Presidente da Câmara trouxer a esta Assembleia as contas relativas a trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, eu terei todo o prazer em ouvir e fazer qualquer achega. Até lá, não conheço as contas, e, por isso, não é isso que estamos aqui a tratar. Também queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara que ainda esta semana, numa empresa privada onde trabalho, recebi uma carta de um banco a oferecer-nos um spread de um ponto cinco. Portanto, aquilo que o Senhor Presidente diz, relativamente às empresas privadas, não é com todas, porque lhe dou este caso e posso trazer a prova dessa carta que recebi hoje. -

- Entrando propriamente na nossa matéria: Na edição do passado dia quinze de janeiro último, o Jornal Labor informava, na sua página quatro, que a Câmara Municipal pedia autorização para se endividar em mais um milhão de euros para pagar dívidas. Há menos de um mês tinha solicitado uma outra autorização para se endividar em mais meio milhão de euros. E na página dois, o referido Jornal transcrevia uma frase do Senhor Presidente da Câmara, onde este dizia: «A oposição diz que a situação financeira é comprovadamente grave, mas não o comprova». Fique o Senhor Presidente da Câmara a saber que, de facto, a oposição não tem de provar nada, pois são os serviços financeiros da Autarquia que fazem esse trabalho. Como se vê:

Nos últimos meses de dois mil e catorze, enquanto se discutia o problema das piscinas, a direção financeira da Câmara tentou iludir a grave situação financeira, atrasando os pagamentos à EDP, à Recolte e a outros fornecedores, e agora, não tendo outra solução, endivida-se. Vamos ver como: Nos documentos que nos foram apresentados, os serviços financeiros da Autarquia apresentam um plano de tesouraria para o exercício de dois mil e quinze, mas fazem-no como se o Município de S. João da Madeira fosse uma banda de música, e não é. Fazendo sumir, não sei se por artes mágicas, se por incompetência, um montante de dois milhões setecentos e cinquenta e nove mil euros de dívidas a terceiros de curto prazo,

inscritos no balanço apresentado a trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, esse documento torna-se inútil e uma autêntica caricatura do que deveria ser um real plano de tesouraria para dois mil e quinze. ----------

Vejamos, com alguma atenção, alguns dos seus erros grosseiros. Diz-se nesse documento que o défice de tesouraria, em finais de abril de dois mil e quinze, será igual a um milhão duzentos e cinquenta e oito mil euros! Mas é totalmente falso. A fazer fé na documentação apresentada, sem contar com a dívida a bancos, em finais de abril de dois mil e quinze, o défice ultrapassará os quatro milhões de euros. A manipulação grosseira deste número, que está baseado nos documentos que a Câmara apresenta, é equivalente à leviandade com que esta apresentou o estudo erróneo e suspeito com que tentou suportar a construção das novas piscinas. ----------

Mas há mais. A fazer fé neste plano de tesouraria, cujo défice em finais de abril aponta para mais de quatro milhões de euros, no final do próximo ano a dívida a curto prazo, sem contar com bancos, voltará a rondar os três milhões de euros. E a pergunta que qualquer analista financeiro minimamente credível tem de colocar é esta: Com este elevado montante em atraso e com um guarda-chuva de apenas um milhão de euros, quem vão ser os felizes contemplados a quem a Câmara vai pagar? Ou dito ainda de outro modo: Quem é que a Câmara vai deixar para trás e com que critério? Senhor Presidente da Câmara, está na hora de pagar um curso de formação ao dirigente dos serviços financeiros desta Câmara, para que aprenda, de uma vez por todas, a fazer um plano de tesouraria transparente e credível. ----------

- Finalmente, acerca do mapa que refere os limites de endividamento municipal, queria apenas perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: Onde está a consolidação dos balanços da Câmara, das Águas de S. João e da Habitar? Qual é o valor global consolidado das dívidas do Município e das participadas, à data de trinta e um de dezembro de dois mil e catorze? É que sem esses montantes obtidos através dessa consolidação, os valores inscritos no mapa que nos foi apresentado estão errados. ----------

- Senhor Presidente da Câmara, deixo-lhe ainda uma última nota, esta de agradecimento. Quando na última Assembleia Municipal de dezembro discutimos o Orçamento para dois mil e quinze, trouxe aqui um conjunto de gráficos que elucidavam claramente o que se está a passar. Que o montante dos impostos cobrados durante um ano pela autarquia sanjoanense mal chega para pagar salários. O Senhor Presidente aproveitou a deixa para falar da Torre Eiffel e da Torre

dos Clérigos. Agora, no famigerado plano de tesouraria que apresentou a esta Assembleia para o exercício de dois mil e quinze, pode ler-se o seguinte: Impostos diretos e indiretos a cobrar em dois mil e quinze, cinco milhões duzentos e três mil euros; despesas com pessoal a pagar durante o ano de dois mil e quinze, cinco milhões e setenta e dois mil euros. Obrigado, Senhor Presidente, escusava de se ter incomodado em demonstrar a minha tese, dando-me razão. ----- --- Senhor Presidente da Assembleia, eu possivelmente vou ter de me ausentar mais cedo, tinha um compromisso, tinha inclusivamente pedido escusa se a Assembleia fosse às vinte e uma e trinta. Peço desculpa, não é desconsideração, mas vou ter de sair mais cedo." ---------- ---------- RODOLFO ANTÓNIO T. DEGUES ANDRADE OLIVEIRA / PS - No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- "Eu vou falar sobre o empréstimo, obviamente, e vou tentar focar todos os pontos que eu gostaria de focar. Algumas notas que eu fui recolhendo durante a intervenção do Senhor Presidente e que também queria tecer alguns comentários sobre as mesmas. ----------

- Começar por dizer que esta foi a pior forma de iniciar a discussão sobre o empréstimo. Falar de um empréstimo, sem falar com contas é algo que não me passa pela cabeça. Estou convencido que qualquer pessoa com responsabilidades numa empresa não decide um empréstimo com base num spread e num prazo. Não, certamente irá querer olhar para as contas para perceber do que é que nós estamos a falar e quais as reais necessidades dessa empresa. E, portanto aqui, não estamos perante uma empresa, mas estamos perante a contratação de um empréstimo que nos obriga, obviamente, a olhar para as contas. ----------

- Mas afinal não é suficiente olhar para as contas, justificar este empréstimo é preciso olhar para as contas, é preciso atacar a oposição, é preciso atacar as posições da oposição em relação a vários assuntos, nomeadamente naqueles que aqui foram falados! E isto, só por si, já nos faz olhar para este empréstimo como algo que não é assim tão transparente como aquilo que nos querem fazer passar. ----------

- O Partido Socialista tem vindo a falar, tem vindo a apregoar que acabou o mito das boas contas. E, meus Senhores, acho que já não há dúvidas sobre isso. E quem melhor do que a oposição para falar sobre o mito das boas contas, sobre o término do mito das boas contas, melhor que a oposição para falar sobre isso são os munícipes. E quando nós contratamos um empréstimo e argumentamos que esse empréstimo serve para fazer face às necessidades de

tesouraria no arranque do ano, que nos primeiros meses do ano as receitas são inferiores às despesas, mas que depois ao longo do ano isso será colmatado, não está a falar verdade. E não está a falar verdade, e prova disso é o testemunho de um munícipe que veio aqui no Período de Intervenção destinado aos Munícipes. ----------

- Senhor Presidente, este empréstimo não chega para fazer face aos compromissos que a Câmara tinha no ano de dois mil e catorze e que não os liquidou, transitando para dois mil e quinze. Este empréstimo não chega para isso. Este empréstimo não chega para pagar a dívida que a Câmara tem para com as famílias sanjoanenses. Este empréstimo não chega para pagar a dívida que a Câmara tem a fornecedores e que foi protelando a dívida e passou-a para dois mil e quinze por falta de liquidez. Senhor Presidente, este empréstimo não chega para a Câmara pagar os compromissos que tem para com as instituições deste Concelho. São várias as instituições deste concelho, que ainda não receberam a verba associada aos contratos programa que foram assinados no ano anterior. Algumas tiveram a coragem para se identificar e disseram: meus senhores, falta-me receber X, mas há outras que, coagidas, não tiveram coragem para se identificar, mas que também estão na lista daquelas que não receberam a verba que era suposta. ----------

- Portanto, há um valor muito elevado que transita de dois mil e catorze para dois mil e quinze e que diz respeito a compromissos referentes a esse ano. E a Câmara tem de ser séria e dizer: meus senhores, nós não tivemos dinheiro o ano passado, o Orçamento foi mal feito, contámos com uma verba que não a pudemos satisfazer, estávamos a contar vender uns terrenos na Zona Industrial, a oposição bem nos disse que ia ser difícil, num ano de crise imobiliária, mas nós inscrevemos essa verba no Orçamento, e afinal calhou-nos mal. Estávamos a contar receber daqui ou dali, não foi possível, e, portanto, o Orçamento saiu-nos furado e por isso é que nós estamos aqui a pedir este empréstimo para fazer face a despesas do ano passado. É isto que está em cima da mesa. ----------

- E, meus Senhores, isto é evidente, é evidente para nós, é evidente para parte da oposição, é evidente para os munícipes, é evidente para as empresas, é evidente para as instituições. Só não é evidente para o atual Executivo, só não é evidente para o PSD, só não é evidente para o Senhor Presidente da Câmara. Mas como disse um ex-autarca, um histórico ex-autarca do PSD, os autarcas do PSD nunca trabalharam muito bem, e, portanto está aqui a prova disso. Os

senhores não andam a trabalhar muito bem. E também acredito que isso se deva à pouca experiência do Senhor Presidente (também um relato de esse ex-autarca) e que está infelizmente a levar o Município para a ingovernabilidade. Meus senhores, negar esta realidade, isto sim, é irresponsabilidade políticia, negar esta realidade, isto sim, é irresponsabilidade social. ----------

- Este empréstimo..., bem, eu não tenho dúvidas sobre as condições, realmente as condições não são más. Não acho que seja assim tão evidente que uma boa empresa que pague três e meio por cento ou três por cento, uma muito boa empresa que pague dois por cento..., também não concordo com isso, eu sei os preços que andam no mercado.... Mas concordo que que este é um bom spread e que as condições do empréstimo não são más. ----------

Mas era obrigatório, a Câmara tinha que o fazer, não tinha alternativa, e mais uma vez a Câmara demonstrou que não está séria neste processo quando aprova um empréstimo em reunião de Câmara e passado uma hora vem dizer: bem, isto nem era assim tão importante quanto isso, havia outros instrumentos. Não, Senhor Presidente, não há mais nenhum instrumento. Os fornecedores dão crédito às instituições até certo ponto, enquanto acreditam que elas cumprem. A atividade é possível abrandar, mas há um limite e não há dúvida que o Município de S. João da Madeira já ultrapassou esse limite, o limite para abrandar a atividade da Câmara. ----------

- A população não tem mais, a população passa fome, a população tem as casas degradadas, a população não tem dinheiro para manuais escolares, está no limite. E a Câmara está claramente numa situação de choque financeiro, acabou definitivamente o mito das boas contas. Esta é a prova de que acabou o mito das boas contas. ----------

- Olhando até para o mapa que a Câmara entrega, o mapa previsional, até falha o reembolso deste empréstimo! Nos meses que a Câmara estipula a pagar, a verba que está lá para amortização de empréstimos não chega para amortizar este empréstimo. O mapa não está correto, algo ali falhou. E os senhores pedem provas, as provas estão dadas, as provas estão dadas. ----------

- Veio aqui um munícipe, que não é um caso isolado, é o espelho de muitos outros do nosso concelho, que retratou aquilo que se está a passar no nosso concelho. Não é a oposição a acusar, não é a oposição a dizer que o senhor não pagou, é um munícipe a dizer que não

recebeu. E se a Câmara tivesse uma situação financeira estável, e se a Câmara tivesse uma situação financeira como aquela que apregoa, se o tiver, não tem o direito de fazer isto aos munícipes, às instituições e ao seu concelho. Isto sim, é tratar mal os seus cidadãos. ----------

- Senhor Presidente, eu não concordo com aquilo que foi dito por um governante nosso há uns tempos atrás que..., e aquilo que é a tónica da Câmara, o nosso Concelho está muito bom! Mas os sanjoanenses estão piores. S. João da Madeira está melhor, mas os sanjoanenses estão piores, e realmente é isso que se passa aqui, os sanjoanenses estão piores. Mas a nossa Câmara acha que isto está tudo muito bem! E, portanto, as provas estão aí, os munícipes vêm cá denunciar situações e eu pergunto se é verdade ou não. Os manuais escolares sabemos que é verdade, o Senhor Presidente já o assumiu aqui, realmente não havia forma de liquidar a verba do ano passado, transitou para este ano e vamos a ver ainda quando é que a verba será paga. Mas há mais, há a dívida à EDP, há dívida à Recolte, há dívidas, já aqui disse, a várias instituições do nosso Concelho. Eu espero bem que este tipo de dívida não seja depois associada no final de dois mil e quinze como amortização de dívida de curto prazo. Nós devíamos em dois mil e catorze um milhão de euros, valores hipotéticos, à EDP, pagamo-la em dois mil e quinze, este ano liquidamos um milhão de euros de curto prazo.... Não utilizemos esse argumento. ----------

- A situação da Câmara é caótica, o mito das boas contas acabou, as provas estão no terreno, os cidadãos queixam-se, as instituições fazem-se ouvir. A oposição apenas denuncia, está alerta e preocupada com os cidadãos sanjoanenses. ----------

- Senhor Presidente é tudo, apenas só dar a nota que muito provavelmente, e devido a um compromisso familiar, terei de sair um bocadinho antes do término da Assembleia Municipal." --

---------- ARTUR VENTURA RIBEIRO NUNES / PS – No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

---"Senhor Presidente, eu irei pouco acrescentar, mas, enfim, é o meu pensamento, é aquilo que irei dizer, e aquilo que eu penso efetivamente o que é que se passa na Câmara. E então digo o seguinte: já sabia há muito, e não foi por falta de aviso, que a Câmara estava e está a passar por sérias dificuldades para cumprir com os seus compromissos, a todos os níveis. O que não sabia é que da dificuldade até à grave situação financeira foi um passo. Daí, hoje, está-se perante um exercício de responsabilidade de discutir o que era óbvio. Não é que o Senhor

Presidente não soubesse do problema, assim como os Senhores Deputados do PSD, da grave situação de tesouraria. Sempre souberam, mas sempre a negaram, embora ela esteja à frente dos olhos sempre tentaram disfarçar. Senhor Presidente, Senhores Deputados, tudo correu bem em dois mil e catorze, contas equilibradas, fornecedores em dia e redução da dívida, pura propaganda. A justificar, estão ainda as declarações pouco credíveis, desastrosas politicamente, falta de rigor, declarações do Senhor Presidente da Câmara aos jornais locais, em particular ao jornal "O Regional", jornal que o PSD, pelos afetos, goza de privilégio político escrito e falado. Não sendo verdade, das declarações destaca-se o seguinte: O ano terminou da melhor forma. Eu pergunto: Como e em quê? Pergunto eu, mais uma vez. Cumpriu-se com todas as decisões da Câmara, nomeadamente as deliberações que dizem respeito a subsídios, tudo foi pago, palavra do Senhor Presidente. Nada mais falso. ----------

Vamos por partes. Das decisões do Senhor Presidente, da Câmara, melhor dizendo, não pagou os manuais escolares, como foi dito aqui, e refiro, não pagou os manuais escolares que estavam obrigados a isso. Do subsídio às coletividades, quanto mais depressa o Senhor Presidente garantia que as contas de dois mil catorze às coletividades ficavam todas saldadas, mais depressa era desmentido. Pelo menos a quatro coletividades não foi pago, outras há que não se manifestam com receio de represálias. É isso mesmo, represálias. ----------

Mas há mais decisões que o Senhor Presidente não cumpriu. Propostas do Partido Socialista aceites pela Câmara, que pesou e muito quando da viabilização do Orçamento para dois mil e catorze. Estou-me a lembrar, por exemplo: a iniciar, já não se pedia mais, iniciar o processo da redução da fatura de água em tarifário reduzido para famílias numerosas e famílias carenciadas. Cumpriu-se? Claro que não se cumpriu. E era para famílias carenciadas. É preciso ter muita atenção, Senhor Presidente, para com estas famílias. A pobreza está a aumentar no Concelho, a saber a Santa Casa da Misericórdia já apoiou o dobro dos pobres. Este fenómeno social, que a todos nós nos deve envergonhar, é o reflexo das políticas cegas de empobrecimento do País, imposto por um governo neoliberal PSD/CDS sem vergonha. ----------

Também não se cumpriu com os fornecedores, Senhor Presidente. Sabe muito bem disso e não vale a pena tirar areia para os olhos dos sanjoanenses. O Senhor Presidente não pagou, melhor dizendo, os pagamentos estão muito, muito atrasados à EDP, ao Gás, à Recolte e a alguns serviços prestados. É preciso falar verdade aos sanjoanenses. ----------

- Com esta postura, Senhor Presidente, perde a cidade, perdem os sanjoanenses e sobretudo perde credibilidade a Autarquia. Assim não. Dívidas a fornecedores todos nós sabemos que existem e sempre existiram, não reconhecer o problema é negar a realidade. Bem podem branquear a evidência dos fatos, dizer que cinco com mais cinco são vinte e cinco, que são as vossas contas, bem podem propagandear à vontade que tudo corre como um mar de rosas. ---

- Comparo a vossa governação, Senhor Presidente, desculpe a minha franqueza, como um barco no meio do mar sem rumo, sem norte, completamente à deriva, ou como um laranjal de frutos secos sem pingo de sumo. Não vale a pena contabilidade intelectual desorganizada, sejam mais humildes, não sejam tão orgulhosos, oiçam a oposição, não usem a política do deixa andar e quem vier atrás fecha a porta. Agora estão aflitos, ainda bem que acordaram. ----------

- Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos ao que interessa, que é um empréstimo. O problema não está no milhão, é mais milhão menos milhão, alguém há-de pagar, até porque há capacidade de endividamento. Se há rutura de tesouraria, tem de haver solução para pagar a quem se deve. O problema está nas causas, saber o porquê, o que originou a grave situação de tesouraria. Senhor Presidente, não estará já a pagar a fatura da desastrosa e ruinosa decisão da privatização da água? Privatização apoiada impetuosamente pelo PSD, tem que se dizer, lembrando os factos, mesmo sabendo que iam prejudicar os sanjoanenses. Não estará já a pagar a fatura dos monstruosos equipamentos, alguns com qualidade, é certo, mas não sustentáveis, como é o caso da Casa da Criatividade? Senhor Presidente, sabe perfeitamente que se não houvesse a dita privatização, caía todos os meses nos cofres da Câmara cento e cinquenta a cento e oitenta mil euros. Estou convicto que o problema, a situação grave da tesouraria não existia e o empréstimo para este efeito que não estávamos a discutir. Assim, tem que assumir essa que é a vossa responsabilidade. ----------

- Senhor Presidente, o assunto em causa é um milhão de euros que está a pedir autorização para a contratação do empréstimo a curto prazo. Pois bem, mas eu não vou passar um cheque em branco, o meu voto vale quarenta e seis mil euros, é a distribuição de todos os Deputados, o meu voto vale quarenta e seis mil euros. Quanto muito, poderei passar-lhe uma letra a não reformar, com vencimento efetivamente a trinta e um de dezembro. ----------

- Para terminar, tenho consciência da importância que tem este empréstimo para a vida da Autarquia, e para a vida do PSD, diga-se, como da importância que tem para a vida da cidade e

dos sanjoanenses. Como assim, mais hoje a importância que tem a tal coligação negativa para aprovar a contratação do empréstimo. Termino com uma pergunta muito concreta ao Senhor Presidente: Será que um milhão chega?" ----------

---------- PAULO JORGE GUIMARÃES FERREIRA / PSD – (Protesto) – No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

---"O que me traz aqui, muito concretamente, para além das muitas considerações que o Senhor Deputado Artur Nunes disse aqui, com muita falta de rigor algumas delas, o que me chamou a atenção foi uma afirmação que considero grave, muito grave. O Senhor Deputado considerou que o PSD tem relações privilegiadas dentro de um jornal, o qual ele citou que era o jornal "O Regional". Eu acho isto muito grave, as pessoas dizerem da boca para fora aquilo que bem lhe apetece, sem comprovar aquilo que estão a dizer. Estamos a falar de um órgão de comunicação social com quase cem anos de existência na cidade e de um Partido com muita responsabilidade no Concelho e no País. Acho muito grave quando se afirmam aqui certo tipo de coisas que podem ter outro tipo de leituras. Por isso, eu gostaria que o Senhor Deputado, quando viesse aqui a este púlpito dar este tipo de afirmações, que sustentasse aquilo que vem aqui dizer. Porque isto é muito grave." ----------

---------- JOSÉ OLIVEIRA BASTOS / PSD – No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- "Olhando para o mapa de dois mil e catorze da tesouraria, respeitante à evolução de receitas e despesas, vê-se que os saldos mensais foram negativos em oito meses desse ano, tendo sido mesmo fortemente negativos nos primeiros quatro meses. A variação foi a seguinte: de janeiro a abril, variação de menos duzentos e setenta e seis mil e trezentos euros a menos um milhão duzentos e cinquenta e oito mil euros; de junho a julho, menos duzentos e trinta e sete mil e setecentos a menos trezentos e vinte e dois mil trezentos e cinquenta; em setembro menos quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta euros; em novembro menos cento e trinta mil e duzentos e noventa euros. Isto dá uma ideia da variação dos saldos mensais ao longo de dois mil e catorze. Naturalmente que em dois mil e quinze, em princípio, iria suceder idêntica evolução. Esses saldos só foram positivos nos meses de maio, agosto, outubro e dezembro. Isto mostra que a receita está sobretudo concentrada nos meses que acabei de referir, ao passo que, a despesa tem carácter mensal, revestindo-se de alguma regularidade. ----------

- Resulta destas variações desencontradas, que vão ser semelhantes em dois mil e quinze, como acabei de dizer, que particularmente nos primeiros quatro meses do ano, a Câmara não disporá dos meios financeiros suficientes para satisfazer atempadamente, atempadamente os seus compromissos de pagamento de projetos e despesas obrigatórias, escalonadas ao longo do tempo e contidas no Orçamento. ----------

- Conclui-se, pois, que para eliminar a discrepância entre picos de receitas e irregularidade de despesa, há que dotar a tesouraria de mais dinheiro, a fim de possibilitar uma gestão adequada. Por isso a necessidade de um empréstimo a curto de prazo de um milhão de euros. Quantia, aliás, justificada pelos valores das variações dos saldos mensais referentes a dois mil e catorze, e que também acabei de referi há bocadinho. Claro que isto não significa que a Câmara não consegue receita suficiente (e aqui estão as más contas!) para pagar os compromissos durante dois mil e quinze. Até porque o empréstimo tem de ser amortizado até ao fim deste ano. Portanto, a Câmara (aqui estão as más contas da Câmara, vê-se!), a Câmara tem de ter o dinheiro suficiente para no fim deste ano pagar um milhão de euros. Portanto, este milhão de euros serve apenas para fazer com que os pagamentos sejam atempados. Estão aqui as más contas da Câmara, meus Senhores, que esta oposição, particularmente a coligação negativa vem para aqui apregoar. É isto que vem esta coligação para aqui apregoar. Fala, fala, fala, diz palavras, palavras, palavras, mas números para comprovar isso, queria-os ver eu, ando a pedi-los há muito tempo, há anos, mas esta coligação negativa efetivamente não os apresenta, limita-se a dizer: o mito das boas contas acabou. São estas as palavras. Sustentem-nas com números, sustentem-nas, mostrem aqui nesta Assembleia, demonstrem, demonstrem. Isso nunca foi feito, isso nunca foi feito. ----------

- E porquê também estas dificuldades na gestão de tesouraria? O Senhor Presidente já aqui referiu. Claro que estas dificuldades, em grande parte, resultam da chamada aplicação da Lei dos Compromissos. Esta Lei obriga a programar rigorosamente, com antecedência, o pagamento de despesas ou de projetos à medida que se vão vencendo ou realizando. Isto é, a priori, cada pagamento tem de ser programado e cabimentado para pagar um bem definido, compromisso e a verba respetiva já mais pode ser desviada, para saldar qualquer compromisso diferente. Portanto, cabimenta-se para uma determinada coisa e aquele dinheiro fica ali preso para pagar essa coisa, não pode ser desviado para pagar outra. Daí as dificuldades acrescidas

de tesouraria. Isso significa que, relativamente ao tempo em que não havia Lei dos Compromissos, o espaço de manobra na gestão da tesouraria passou a ser muito mais pequeno com a entrada em vigor da referida Lei dos Compromissos. ----------

- Mas há outras razões, que em parte o Senhor Presidente já aqui as referiu, que em parte justificam a necessidade de empréstimo desta verba significativa de um milhão de euros. O facto de não se terem vendido os terrenos da Zona Industrial, o facto de a oposição - não me lembro neste momento se a CDU votou a favor ou contra - mas a coligação negativa inviabilizou a venda de terrenos no cemitério número um. Isso significou um impacto na receita de menos trezentos e cinquenta e um mil euros. São estas as obras e as boas contas da coligação negativa. ----------

- Também no que diz respeito ainda às receitas, nós estamos com impostos diretos inferiores àqueles que podíamos ter por lei. E eu aqui quero relembrar o seguinte: foi a oposição que impôs - esta oposição que quer boas contas - que impôs, por exemplo, que a comparticipação do IRS a favor da Câmara Municipal fosse de cinco por cento, impôs que fosse de quatro e meio. São estas as obras desta coligação negativa. ----------

- Mas há outras causas que não dependem de nós. Por exemplo, no que diz respeito à redução remuneratória, às reduções remuneratórias quanto à sua eliminação. Sim senhor, a Câmara, acho muito bem, mas a Câmara viu os seus custos agravados em sessenta e seis mil euros. Isto cria dificuldades. O aumento de salário mínimo implicou que a Câmara tivesse de despender mais seis mil euros. O aumento da taxa de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, de vinte por cento para vinte e três vírgula setenta e cinco por cento, implicou um aumento de encargos à Câmara Municipal de sessenta e cinco mil euros. ----------

- Há outra coisa, que é dar livros a ricos e quase ricos, dar livros a ricos e quase ricos, isto é obra coligação negativa. Os homens das boas, dos mitos das boas contas, o mito das boas contas.... E são eles que agravam a despesas, são eles que agravam as despesas. Mais, a coligação negativa, sem fazer contas chegou aqui e disse: meus caros amigos, vamos aumentar o número de beneficiários no que diz respeito a oferta de água, vamos aumentar, vamos aumentar a quantidade de água a oferecer, vamos aumentar as comparticipações nos medicamentos e a um maior número de beneficiários. Tudo isto é muito bonito, está tudo certo, eu também sou adepto que se dê o máximo possível no que diz respeito ao campo social e às

dificuldades que se vivem no campo social. Eu estou de acordo, o PSD está de acordo, se pudéssemos dar mais ainda dávamos mais. Mas se dizem, se dizem que a Câmara está assim tão mal, por que é que vêm para aqui, sem fazer contas, agravar as despesas? É esta a coligação negativa que nós temos, clama pelo fim do mito das boas contas, mas não se coíbe de estar, sem fazer contas e logo que pode, logo que tem oportunidade, a agravar os custos do Município. É isto que nós temos. ----------

- E já agora só queria dizer ao Senhor Deputado Rodolfo, que quanto a pagamentos à EDP e à Recolte, o Senhor certamente não sabe o que são contas regularizadas. A Câmara está a pagar segundo o acordo que fez e, por isso, se está a cumprir o acordo que fez, tem as contas regularizadas. Se eu tenho uma dívida com uma determinada pessoa e se eu fiz um acordo com essa pessoa de pagar uma determinada mensalidade para amortizar, se estou a cumprir a pagar essa mensalidade eu tenho a minha conta regularizada, estou em boas contas. É isso que são boas contas, sabe? O Senhor não sabe, não, ou pelo menos faz que não sabe. ----------

Há uma outra coisa que lhe quero dizer: os senhores confundem más contas e boas contas com haver muito dinheiro ou pouco dinheiro. Se há pouco dinheiro, para vocês são más contas, e isso não é assim. Pode haver más contas, eu já disse uma vez, pode haver más contas com muito dinheiro, pode haver más contas com muito dinheiro, mas também pode haver o contrário, boas contas com puco dinheiro e boas contas com muito. Saiba disso Senhor Deputado. ----------

- O dinheiro agora não é demais, pelas razões que acabei de apontar, mas nós ainda temos uma capacidade de endividamento legal, quase de cinquenta por cento, para que o senhor saiba, quase de cinquenta por cento. Para além da dívida que temos, ainda nos podíamos endividar mais cinquenta por cento. Veja bem senhor Deputado, como a Câmara de S. João da Madeira está na dependura, como a Câmara de S. João da Madeira está falida! ----------

- E em relação ao Senhor Deputado Luís Quintino, eu quero dizer o seguinte: Pela maneira como fala, a Câmara não tem ninguém competente, não tem ninguém competente, está tudo errado, está tudo errado, não há ninguém competente, as contas estão mal, é uma barbaridade aquilo que se passa aqui na Câmara de S. João da Madeira. Naturalmente, Senhor Doutor Luís Quintino, eu ponho algumas reservas, porque o Senhor Doutor já afirmou aqui nesta Assembleia que a Câmara devia sessenta milhões de euros! Eu inclusivamente pedi para se

comprovar isso, uma lista com o nome dos credores, não apareceu a lista em lado nenhum na Câmara. E, portanto, perante afirmações destas, eu tenho que por sempre um pouco de reservas em relação às suas afirmações, como compreende. Eu pelo desculpa, mas se realmente face a esta afirmação de que a Câmara devia sessenta milhões, eu tenho de por algumas reservas em relação a afirmações que o Senhor efetivamente faz. De qualquer maneira se verificar que o pessoal está tão mau, tão mau, tão mau assim, eu sugiro ao Senhor Presidente da Câmara que o contrate para dar cursos de formação aqui na Câmara Municipal ao pessoal." ----------

---------- LUÍS QUINTINO DOS SANTOS LIMA / MOVIMENTO SJM SEMPRE – (Protesto) – No uso da palavra, disse: ----------

--- "Senhor Presidente, eu protesto porque lembro-me bem que nas contas de dois mil e treze nós tivemos a oportunidade, e passaram por aqui, o passivo incluía as dívidas à banca, as dívidas aos fornecedores comuns e também os proveitos diferidos. E aquilo que eu disse, referi e está gravado lá pela televisão, foi que o passivo, o passivo da Câmara era de sessenta e tal e isso não é desmentível porque está nas contas. ----------

- Mas eu queria fazer um protesto porque o Senhor Deputado Oliveira Bastos está muito mal informado pelo Senhor Presidente. É que quando eu e o Doutor Jorge Lima tivemos a reunião preparatória para o Orçamento de dois mil e quinze, contrariamente ao que ele aqui veio dizer, eu disse ao Senhor Presidente da Câmara que se ele quisesse voltar a colocar o problema dos jazigos do cemitério número um, desde que o projeto não fosse aquele projeto megalómano de construir aquela catedral em cima da Renato Araújo, que o nosso Grupo do SJM Sempre estaria disponível para votar favoravelmente a essa situação. ----------

- Eu lamento que o Senhor Deputado Oliveira Bastos não esteja bem informado e venha aqui fazer processos de intenções sobre um deputado, que tenta fazer, e o Senhor Presidente não me pode desmentir que lhe disse isso nessa reunião, e mantenho. Votarei favoravelmente se ele puser isso no Orçamento." ----------

---------- JOSÉ OLIVEIRA BASTOS / PSD – (Contraprotesto) – No uso da palavra, disse: -------

--- "Em relação à questão dos cemitérios, o que eu disse está certo. Quando esse assunto veio à Câmara, o Movimento São João da Madeira Sempre votou contra e isso implicou uma perda de receita de trezentos e cinquenta mil euros. Isto é que é verdade, o resto são condições.

Porque o senhor Deputado vem agora para aqui dizer que vota a favor, que revê a sua posição, mas quer como condição alterar um Plano de Pormenor que foi devidamente aprovado nesta Assembleia! ----------

- Isto não é sério, isto não é sério, não é sério por o problema dessa maneira. Sim senhor, eu estou disponível agora, mas não façam lá a catedral, alterem um Plano de Pormenor que foi aprovado aqui nesta Assembleia. Não é sério." ----------

---------- RODOLFO ANTÓNIO T. DEGUES ANDRADE OLIVEIRA / PS – (Protesto) - No uso da palavra, disse: ----------

--- "Senhor Presidente, um protesto com o objetivo de repor a seriedade no debate e diminuir a demagogia da argumentação. ----------

- Um protesto para dizer que a venda dos terrenos do cemitério foi realmente recusada pelo Partido Socialista, com argumentação política e social adequada. Mas que nem isto, nem a questão dos manuais escolares influenciou, ou pelo menos não deveria ser motivo, para justificar este empréstimo porque eram verbas que estariam devidamente orçamentadas. -------

- Um protesto para dizer que o aumento dos beneficiários da água e dos medicamentos também não influencia em nada a contratação deste empréstimo e que, no momento em que o Partido Socialista fez esta proposta, apresentou alternativas concretas para a redução de despesa no mesmo valor que estava a propor o aumento dessa mesma despesa. ----------

- Um protesto para dizer que o Partido Socialista nunca disse, em situação alguma, que a Câmara tinha muito ou pouco dinheiro. ----------

- Um protesto para dizer que os argumentos que aqui foram utilizados não são corretos, não são justos e não retratam a realidade daquela que tem sido a postura do Partido Socialista nos Órgãos Autárquicos. ----------

- Um último protesto para dizer que há muito que o Partido Socialista solicitou à Câmara Municipal esse acordo com a EDP, há vários meses que o solicitamos, mas até hoje nunca nos foi entregue. Não sei se existe ou não, mas é motivo para duvidarmos da sua existência." ------

---------- JOSÉ OLIVEIRA BASTOS / PSD – (Contraprotesto) – Novamente no uso da palavra, disse: ----------

--- "Eu quero dizer ao Senhor Deputado Rodolfo que isso de vir para aqui dizer: olhe, em vez de gastar tanto ali, gaste-o em livros..., isso não são formas de trabalhar, os Senhores têm que ser

convincentes. os Senhores quando quiserem propor alternativas, têm de as apresentar com contas, não é só com palavras, com contas, com propostas quantificadas, não é só propostas de palavras. O Partido Socialista vive de propostas de palavras e mais nada. ----------

- E quanto aos livros, ai pesam, pesam, tudo o que seja acrescentado à despesa, pesa. Mas para vocês não interessa, sabem, não interessa porque a questão dos livros, toda a gente sabe que é uma questão eleitoralista do Partido Socialista, querer dar livros a ricos e a quase ricos é uma proposta eleitoralista do Partido Socialista. Ou melhor, da coligação negativa. ----------

- Portanto, aprendam a fundamentar devidamente as propostas que fazem." ----------

---------- MANUEL JOAQUIM NEVES DOS SANTOS / MOVIMENTO SJM SEMPRE– (Pedido de esclarecimento) – No uso da palavra, disse: ----------

--- "Eu faço o meu pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara de S. João da Madeira e vem no seguimento da intervenção do Senhor Engenheiro Oliveira Bastos, que veio cá dizer que o Movimento SJM Sempre, assim como o Partido Socialista, eram os culpados da perda de receita de trezentos mil euros, depois trezentos e cinquenta mil euros. E é precisamente esta questão que eu gostaria de ver esclarecida, porque aqui há uns tempos atrás, não muito, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu uma questão que eu aqui trouxe, que tinha havido uma perda de receita e devia-se precisamente à questão dos cemitérios e na altura era um valor que rondava os seiscentos mil euros. Eu gostaria de saber: afinal, qual é a receita da questão do cemitério? Porque o Senhor Engenheiro Oliveira Bastos disse trezentos, trezentos e cinquenta, o Senhor Vice-Presidente disse seiscentos! Portanto, eu gostaria de ver esta questão esclarecida." ----------

---------- RICARDO NICOLAU SOARES TERRA OLIVEIRA FIGUEIREDO / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra, respondeu: ----------

--- "Senhor Deputado, a receita que nós tínhamos inscrito no Orçamento de dois mil e catorze para rendas de bens do domínio público, porque na realidade não é uma venda é uma renda, mas a receita era de quinhentos e sessenta e dois mil euros. Mas também tínhamos inscrito no Orçamento um custo de duzentos e onze mil euros. Porque nós temos o custo de aquisição dos terrenos e temos o custo de ampliação do cemitério. E, portanto, o custo previsto era duzentos e onze mil euros. Nós, para beneficiarmos desta receita de quinhentos e sessenta e dois, teríamos de investir duzentos e onze. E, portanto, não se tendo feito este projeto, esta

ampliação do cemitério, o impacto negativo nas contas foi da diferença, foi trezentos e cinquenta e um mil euros. A perda de receita é de quinhentos e sessenta e dois mil, se tivéssemos tido a aprovação nós teríamos essa receita, mas para conseguir atingir essa receita teríamos de investir duzentos e onze. Portanto, a receita líquida seria trezentos e cinquenta e um mil euros". ----------

---------- MARIA CLARA MARTINS SILVA CARVALHO / PS – No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- "Esta é a primeira Assembleia do ano dois mil e quinze e eu vou elaborar um voto muito especial, meu próprio, de que consigamos fazer um bom trabalho em dois mil e quinze. Porque eu prevejo que vai ser um ano difícil. ----------

- Eu gosto de desafios, e hoje foram feitos aqui vários desafios, gosto de números, tem a ver com a minha formação profissional e também tem a ver com o facto de eu ser nova na política. Não tenho um passado, não tenho que vir para aqui com um determinado tipo de discurso que muitas vezes se faz cá e estou aqui porque os munícipes acreditam em mim e acreditam, acima de tudo, em pessoas como eu na política. E pessoas que lançam, ou que tentam lançar de alguma forma, a forma como se faz política para um paradigma mais elevado. E é nesse papel que eu me revejo e que vou tentar desempenha em dois mil e quinze, continuar a tentar dar o melhor de mim em cada Assembleia. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara falou que seria um pouco difícil falar do empréstimo e não falar das contas. Eu concordo, é extremamente difícil abordarmos a temática do empréstimo sem falarmos das contas de dois mil e quinze, catorze, treze, onze, doze, etc. etc. E estou tem a ver que nós temos que estudar, temos que fazer uma análise do nosso Município na política que tem sido praticada pela gestão PSD nos últimos doze anos. ----------

- Eu não pretendo fazer ataques pessoais, eu vou tentar dar o meu contributo de uma forma positiva para elevar este debate político, para recuperar os munícipes que estão descreditados da atividade política, mas forçosamente eu tenho que levantar algumas questões. ----------

- Eu hoje quero falar de uma coisa muito importante, a Lei dos Compromissos. Todos nós temos compromissos na nossa vida e o nosso Município, a Câmara, também tem compromissos. A redução das dívidas a fornecedores foi uma das exigências da Troika e para isso o Governo PSD criou a Lei dos Compromissos que impede que as Câmaras se comprometam com compras que

não possam pagar nos três meses seguintes. Isto porque a Lei e as entidades do Estado têm que pagar a noventa dias. Inexplicavelmente o Município PSD de S. João da Madeira não respeita as decisões do seu próprio Governo. ----------

- A Lei dos Compromissos pretende constituir mais um instrumento de disciplina financeira que permita ao sistema público português encontrar os caminhos da estabilidade e do equilíbrio das contas. Encerra um conjunto de regras que procura dar corpo ao princípio, de acordo com o qual apenas se deve gastar o que se tem, evitando o despesismo imprudente e o débito acumulado. ----------

- Que o sistema financeiro público português atravessa, e continuará a atravessar, um período de constrangimento que obriga a uma acrescida disciplina orçamental, não constituiu novidade para ninguém. Temos conhecimento na imprensa diariamente a toda a hora. Pois agora, interiorizando conscientemente os erros do passado, se poderá evitar prudentemente a sua repetição e em alguns casos a sua eternização. De um modo mais específico identificam-se a utilização de sistemas de informação divergentes, consoante as entidades de controlo e a falta de fiabilidade dos vários reportes contabilísticos. O que conduz quase inevitavelmente ao apuro de resultados sustentados em conceitos de défices e de endividamento erróneos. Tais como os catorze milhões e sessenta e quatro mil que V. Exas. afirmam o nosso Município poder contrair.

- Eu gostaria também, já agora, de referir que os empréstimos bancários, até nomeadamente o empréstimo bancário que está hoje em discussão, sempre foi uma prática corrente da nossa Câmara. A Câmara PSD sempre precisou de recorrer a empréstimos bancários. E quando os pagam e quando dizem que liquidaram ou amortizaram, na minha opinião não fazem mais que a vossa obrigação de gestão. E até dou como exemplo a prática recorrente desta Câmara recorrer a empréstimos, em que, em dois mil e nove, tiveram o auxílio do PREDE em dois milhões. Contraíram empréstimos de valores aproximados, quatro milhões para a Casa da Criatividade, Sanjonet, Oliva Factory, projetos que tiveram apoios inclusive de Fundos Comunitários, e o que está sem dúvida em causa agora é a sua sustentabilidade futura. Por isso é que estamos a discutir um empréstimo. ----------

- Sem o recurso a empréstimo será impossível garantir a sustentabilidade. E eu nem sequer vou, porque não tenho tempo, mencionar a venda de património municipal, a água a habitação social que foi feita. ----------

- E hoje também precisava de fazer algumas perguntas. Eu gostava de saber a razão de fazerem tanto alarde de investimentos que, em termos efetivos, ainda não estão concretizados e cujas informações levantam questões. Estou-me a referir: investimento de património, etc. etc. etc., apesar da redução de fundos verificados durante dois mil e catorze, passamos a enriquecer o património municipal em ativos fixos tangíveis nos projetos assim descriminados. Não tenho tempo para falar de todos, vou abordar dois. Centro de Formação Desportiva Eficiente - trinta e três mil oitocentos e vinte e nove. E aqui agora levanta-me uma questão: Por que é que este contrato está registado na base com trinta e um novecentos e catorze trezentos e dezanove? Pavilhão das Travessas - noventa e cinco trezentos e vinte e nove, registado na base por oitenta e nove novecentos e trinta e três, respetivamente, dezasseis do nove e treze do onze! Tenho de perguntar forçosamente: foram pagos? Em que valores devo acreditar? Nos registados no portal da base? No que V. Exas. comunicam na imprensa? Faturas que nem sequer estão registadas em dois mil e catorze. E outra pergunta: estes dois projetos só são financiados em oitenta por cento? Não seria muito mais de caráter referir apenas o financiamento dos vinte por cento e não um valor total de cem por cento que não corresponde à realidade? ----------

- V. Exas. afirmam igualmente que os dados da DGAL, o nosso Município paga em média a quarenta e nove dias! Infelizmente não é verdade, Senhor Presidente. Carlos Fernandes Mendes & Filhos esteve cinco meses à espera para ser liquidado. E eu agora faço uma pergunta: Vinte e quatro do quatro de dois mil e catorze - noventa e dois mil novecentos e sessenta e nove euros. Foi liquidado em setembro uma verba de dezassete mil duzentos e vinte e quatro. Passados cinco meses houve outra liquidação em dois mil e catorze. Total: está registado na base cento e três mil novecentos e cinquenta e seis quarenta e nove. Soma de duas faturas - cento e dez cento e noventa e três oitenta e oito! Isto é transparência nas contas da Câmara? Não é, Senhor Presidente, infelizmente e para grande pesar meu. ----------

- E vamos falar em médias de quarenta e nove dias. Eu tenho..., se quiserem forneço dados, e mais dados, e mais dados, que provam que maioritariamente os fornecedores da nossa Câmara não são pagos a menos de seis meses, com sorte. E quando falamos em médias de quarenta e nove dias, eu não posso concordar, porque eu tenho provas em meu poder, que isto não é verdade, isto não é verdade. Em média, mas a média aritmética pode ser manipulada, porque a

verdade dos factos é que esta Câmara não cumpre a Lei dos Compromissos. Esta Câmara não cumpre a Lei dos Compromissos, do seu próprio Governo PSD, digam o que disserem, as vezes que entenderem, em todas as conferências de imprensa, artigos de jornais, podem brincar com os números da forma que quiserem. Mas a verdade dos factos sempre prevalece, o tempo tudo revela mais tarde ou mais cedo. E apesar de que possam continuar a sonegar informação de forma continuada, a oposição que denominam coligação negativa, eu considero-a positiva, porque tem a coragem de fazer perguntas que se calhar até hoje nunca ninguém teve a coragem de fazer e de exigir documentos que ajudem a gerir melhor a nossa cidade. ----------

- E sem dúvida nenhuma que a coligação, que toda a gente apelida de negativa, tem um único fim, facilitar o poder de decisão, o estudo da melhor forma de atuar em cada situação em prol do bem do Município, e da sua boa saúde financeira. Mas V. Exas. recusam-se a entender de uma vez por todas que já não estão em maioria e que tem que existir consenso nas tomadas de decisão. E eu aqui também gostaria de dizer que, numa assepção ampla, terá que passar a existir no nosso Município uma regra de ouro, que passe por todos almejar-mos a introdução de componentes de correção e transparência, procurando de forma serena levar à prática da regra do bom senso financeiro de acordo com a qual não se deve gastar mais do que as disponibilidades financeiras existentes. Consequentemente, temos que trabalhar em conjunto e em consenso no combate ao despesismo financeiro praticado nos últimos anos, eliminando vícios e defeitos de gestão, cuja principal patologia está perfeitamente identificada no nosso Município. Viver acima das receitas económicas que o Município tem sido capaz de gerar. E não posso deixar de elogiar o esforço económico e resistência dos fornecedores desta Câmara, que tem sido vítimas e suportado, de forma continuada, o incumprimento dos pagamentos atempados das suas faturas. ----------

- Gostaria também de fazer, se fosse possível, um pedido de esclarecimento, para acabar, mas vou concluir esta intervenção dizendo.... Eu vou usar uma citação de Filipe de Chesterfield. «Um espírito mesquinho é como o microscópio, aumenta as pequenas coisas mas impede de ver as grandes». Neste caso, as grandes é, sem dúvida nenhuma, a capacidade de cumprir sem recorrer a crédito bancário, ou junto dos fornecedores, as suas responsabilidades financeiras. Como podem continuar a afirmar que têm boas contas e que são cumpridores? V. Exas. sabem que isso não é verdade e eu também sei. ----------

--- Queria fazer perguntas muito concretas, dei exemplos, acho que tentei de alguma forma passar a minha visão sobre tudo o que se tem vindo a passar no Município de S. João da Madeira. E agora queria saber, em concreto. É urgente e necessário, ou não, a aprovação deste empréstimo? Gostava de saber se consideram e conseguem em absoluta certeza afirmar que vão conseguir cumprir o pagamento deste empréstimo até trinta e um do doze de dois mil e quinze e quais as dívidas que V. Exas. vão privilegiar primeiro no pagamento? Recolte, EDP, ERSUC, fornecedores.... E gostava de solicitar, igualmente, onde está a tal declaração dos serviços financeiros que foi cumprida a Lei dos Compromissos que o PS já pediu há meses? -----

- E vou fazer só fazer um comentário ao Senhor Presidente da Câmara, como empresário que é também, além de nosso Presidente da Câmara. Qualquer empresa que queira servir ou fornecer um cliente novo, normalmente pedem informações na praça e pergunta: o cliente paga bem? Por isso, Senhor Presidente, eu não posso aceitar, e peço imensas desculpas, que coloque em cima do PS, ou da oposição, ou da coligação negativa, como queiram chamar, o ónus de que se o Município de S. João da Madeira está com fama de incumprimento, de não cumprir com os seus fornecedores.... senhor Presidente, as empresas passam palavra umas às outras, não é ao PS que está a denegrir a atividade do Município, são vocês mesmos." ----------

---------- JORGE MANUEL DE RESENDE CORTEZ / CDU – No uso da palavra, disse: ----------

--- "Não eramos para discutir, nem para sequer usar da palavra neste ponto, porque temos opinião concreta sobre o tema e achamos que as questões que se põem em relação àquilo que é pedido são de demasiada simplicidade. Ou votamos contra por estarmos contra, ou votamos a favor por estarmos a favor. Por isso aguardamos tranquilamente a votação. ----------

- Mas houve para aqui uns fogos cruzados, aos quais não podemos deixar de dizer alguma coisa, e prendem-se naturalmente com esta questão do cemitério número um. Para dizer que a CDU não votou contra a venda de jazigos, a CDU votou contra a compra de terreno, foi contra isso que votamos. E aproveitámos para dizer que votamos contra, embora existisse um Plano de Pormenor, e nós defendemos a existência de Planos Municipais, mas votámos contra porque também estávamos contra aquele Plano de Pormenor e seria uma incoerência facilitar o desenvolvimento de um Plano de Pormenor com o qual estávamos contra. E sobretudo porque esse Plano de Pormenor foi aprovado num tempo em que o PSD era maioria absolutíssima e pode aprovar o Plano sem ter em conta dar alguma sensibilidade às opiniões das outras forças

políticas, que creio que todas elas votaram contra esse Plano de Pormenor. E, portanto, isto dá-nos também uma lição. É que para planos de longo prazo, não devemos votar neles por razões circunstanciais. E, portanto, o facto de termos a maioria absoluta agora, corremos o risco de amanhã não termos, deveria-se ter tido naquele Plano e noutros maior ponderação e dar maior consideração às outras opiniões. ----------

- Esclarecido isto, também para falar que esta nossa situação é muito criada, de facto, com a Lei dos Compromissos. Mas a Lei dos Compromissos é uma coisa virada contra as autarquias, a Lei dos Compromissos é uma coisa que devemos estar todos contra, e o PSD, em primeiro lugar, deve estar contra e deve ter um bocadinho de vergonha da Lei que o seu Governo aprovou, movido ou não a favor da Troika, mas que, de facto, é uma Lei que prejudica as autarquias, todas em geral, as cumpridoras e as não cumpridoras." ----------

---------- RODOLFO ANTÓNIO T. DEGUES ANDRADE OLIVEIRA / PS – (2ª Intervenção) - No uso da palavra, disse: ----------

--- "Em relação à Lei dos Compromissos, a Lei existe. Bem, e se a Lei existe, concordemos ou não, ela deverá ser cumprida e o Partido Socialista crê que a mesma não está a ser cumprida por parte da Autarquia de S. João da Madeira. E foi nesse sentido, também, que solicitámos ao Senhor Presidente uma declaração dos Serviços Financeiros da Câmara, em que confirme que essa lei está a ser cumprida. Essa declaração também nunca nos foi entregue. Portanto, a fuga aos compromissos, a fuga aos pedidos, às solicitações da oposição, leva-nos muitas vezes a crer que algo está mal, algo não está a ser feito da forma mais correta. ----------

- Eu disse aqui que os manuais escolares não estava diretamente relacionado com este empréstimo, e não está. É óbvio que os manuais escolares estão diretamente ligados ao aumento de despesa do Município, mas aquilo que eu disse foi que esse aumento de despesa estava orçamentado. Esse reduzido aumento de despesa, com impacto social enorme, foi proposto pelo Partido Socialista, aceite pelo Executivo, orçamentado. O problema foi o Orçamento, o problema foi a despesa da Câmara como um todo, o problema foi a receita da Câmara. E esta falta de encaixe é que levou a que a Câmara esteja numa situação de incumprimento para com as famílias, para com as instituições e para com os seus fornecedores. E, portanto, falar de manuais escolares, falar de aumento da despesa dos beneficiários de descontos da água, para justificar o empréstimo, não é uma postura correta, o empréstimo não

é por causa disso. Aliás, mais do que exemplos, a oposição tem trazido números, a oposição trouxe números daquilo que era o aumento dos beneficiários dos descontos da água e dos medicamentos, a oposição trouxe alternativas. ----------

- E se falam de irresponsabilidade, e se falam de irresponsabilidade por parte da oposição em aumentar a despesa com os manuais escolares e com os beneficiários dos descontos da água...., bem, a oposição teve uma postura extremamente responsável no que diz respeito àquilo que também já aqui foi falado, que foi a situação das piscinas. Meus Senhores, como é que acusam a oposição de despesa, de despesismo, de aumentar a despesa da Câmara com os manuais escolares para as famílias sanjoanenses, com a atribuição dos manuais escolares para todos os cidadãos sanjoanenses, com a atribuição de benefícios sociais para idosos, e esquecem-se que estavam prestes a cometer o suicídio financeiro ao Município de S. João da Madeira. ----------

- Meus Senhores, a oposição sempre esteve com uma postura construtiva, uma postura de diálogo, uma postura de melhoria do Município de S. João da Madeira. Quem não se presta ao diálogo é o atual Executivo. O Senhor Presidente nunca procurou qualquer tipo de consenso com a oposição, seja com que Partido for, e exemplo disso foi a forma arrogante como apresentou aqui este tema nesta Assembleia Municipal. ----------

- A Câmara está numa situação financeira débil, é verdade, não é vergonha, é verdade, cometeram-se erros. O Orçamento..., a receita foi inferior, fruto às vezes do contexto social e económico do nosso País, não há que ter vergonha, mas assumamos os problemas. Prestem-se ao diálogo, ouçam a oposição, não sejam hostis. Nós não queremos, nós não queremos o mal para a Câmara Municipal, nós queremos o bem para os sanjoanenses. ----------

- Esta é a nossa postura, e o Senhor Presidente, em situação alguma, teve como objetivo a geração de consensos com a oposição, muito pelo contrário, sempre foi extremamente hostil. --

- Senhor Presidente, só para terminar, dizer que a oposição não discorda deste empréstimo, é um mal necessário, aquilo que nos assusta é os argumentos que a Câmara usa para a contratação deste empréstimo e o objetivo do mesmo. E aí achamos que a Câmara e o PSD não estão a ser corretos. ----------

- E, portanto, não havendo alternativa, não temos outro remédio, para bem dos sanjoanenses, senão viabilizar este empréstimo". ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

---------- JOSÉ OLIVEIRA BASTOS / PSD – (Protesto) – No uso da palavra, disse: ----------

--- "Eu vejo-me forçado a fazer mais um protesto porque as afirmações acabadas de fazer carecem de verdade em grande parte. ----------

- Fique sabendo, Senhor Deputado Rodolfo, que qualquer aumento de despesa da Câmara, seja ela qual for, de livros, de água, de comparticipação em medicamentos, tem influência neste empréstimo porque tem influência no dinheiro disponível na tesouraria. Seja qual for, não está errado não, seja qual for, seja qual for o aumento de despesa. Veja o mapa de evolução, estude-o, estude-o, que ele foi fornecido, veja o mapa de evolução da tesouraria, estude-o, estude-o que está lá tudo bem discriminado. Portanto, isso não é verdade o que diz, não é verdade o que diz. Mais uma vez digo: veja o mapa. ----------

- E quanto às piscinas, quero-lhe dizer o seguinte: para o Partido Socialista foi uma hecatombe, ou melhor, era uma hecatombe. Perdemos três milhões de euros a fundo perdido, resolvíamos um problema com dois milhões de euros de empréstimo a condições excecionais e esse empréstimo era pago, quase na totalidade, por aquilo que íamos poupar nas piscinas antigas, encerrando-as. Compreende? Esta é que é a verdade. Mas o senhor não compreende, mas o povo de S. João da Madeira, garanto-lhe que a maioria esmagadora do povo de S. João da Madeira compreendeu bem isto e não podia ser de outra maneira. Sabe porquê? Porque o povo de S. João da Madeira - e isto é que vocês socialistas ainda não perceberam - apreendeu a fazer obras sem dinheiro à partida. Entende? Isso é que vocês não percebem, mas o povo de S. João da Madeira percebe bem isso. Era essa a hecatombe." ----------

---------- Não se registando mais intervenções, o Senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL colocou a proposta à votação. ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria dos presentes, com 10 votos a favor (sendo 8 do PSD e 2 do CDU), 1 voto contra do Movimento SJM Sempre, e 7 abstenções do PS. ----------

----- Não estiveram presentes na votação os Deputados: Carlos Tavares Fernandes, do PSD, Luís Quintino dos Santos Lima, do Movimento SJM Sempre, Márcia da Silva Lopes, do PS e Pedro Emanuel Tavares Costa Santos, do PS. ----------

---------- ARTUR VENTURA RIBEIRO NUNES / PS – (Declaração de voto) – No uso da palavra, disse: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- "Apesar do meu voto ter sido a abstenção, é certo que não criou qualquer obstáculo à contratação do empréstimo, mas não deixa de ser um sinal de preocupação. Lamento a grave situação financeira da Câmara. ----------

- Mais declaro que é absolutamente inaceitável que este empréstimo não tivesse sido evitado em nome da credibilidade do Município." ----------

---------- JORGE MANUEL DE RESENDE CORTEZ / CDU – (Declaração de voto) – No uso da palavra, Disse: ----------

--- "Fomos chamados a pronunciarmos sobre um empréstimo de curto prazo, no montante máximo de um milhão de euros, para permitir dar liquidez ao Município. ----------

- Ao justificarmos o sentido do nosso voto, temos de referir que temos opinião que o Município se encontra pressionado pela obrigação de satisfazer os seus compromissos bancários e pensamos que tem reduzido a dívida de médio e longo prazo a um ritmo superior ao desejável.

– Por força de políticas de vários governos em sede do Orçamento Geral do Estado, as Autarquias há muito que sofrem de uma sistemática redução de verbas que achamos inadmissível. ----------

- Somos de opinião que alguns dos investimentos realizados em mandatos anteriores, apesar de altamente subsidiados a fundo perdido pelos Quadros Comunitários, constituíram um aumento de equipamentos e edifícios cujo funcionamento constitui um incremento de custos exagerado, como em tempo oportuno chamámos a atenção. ----------

- Somos da opinião que o consumo energético, a Sanjotec, a Oliva Creative Factory, as condições estabelecidas com os proprietários das coleções de arte instaladas na Oliva e a parceria público-privada de fornecimento de água à cidade, tudo isto deve ser analisado com redobrado cuidado no sentido de reduzir os custos e aumentar os proveitos do Município. -------

- Não embarcando na tese da pré-falência, mas reconhecendo as dificuldades de liquidez que são evidentes, confirmando a capacidade de endividamento do Município e a necessidade do empréstimo, decidimos votar a favor porque, como já expliquei, não teríamos condições nunca para nos abstermos numa situação destas. Porque queremos que a Câmara Municipal consiga cumprir os compromissos com os fornecedores, com os trabalhadores e com as instituições locais." ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

---------- MARIA CLARA MARTINS SILVA CARVALHO / PS – (Declaração de voto) - No uso da palavra, disse: ----------

--- "Nesta discussão da aprovação deste empréstimo, eu coloquei várias questões às quais não obtive resposta, mas nada que já não estejamos habituados no Partido Socialista. ----------

- Atendendo a que os maiores penalizados, com a não aprovação deste empréstimo de um milhão de euros, seriam os sanjoanenses, decidi, através do meu voto de abstenção, não penalizar mais os sanjoanenses nesta gestão do PSD efetuada nos últimos doze anos." ------

---------- De imediato, passou-se ao ponto 2.2 da Ordem de Trabalhos. ----------

---------- **PONTO 2.2** ----------

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE "DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA EMPRESA ÁGUAS DE S. JOÃO, E.M., S.A". ---------

--- O Senhor Presidente colocou à apreciação e discussão a proposta referida em título, constante da deliberação camarária de 13 de janeiro de 2015, e previamente distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal, que se consubstancia na designação para fiscal único da Águas de S. João E.M, S.A, a empresa Deloitte e Associados, SROC S.A, com a remuneração de vinte mil euros (20,000.00 euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, para o quadriénio de 2014 a 2017. ----------

---------- Para apresentar a proposta usou da palavra o senhor VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, LUÍS MIGUEL PEREIRA DE OLIVEIRA, dizendo:----------

--- "Senhores Deputados, o que está aqui em causa é uma obrigação legal, decorre da lei que o Órgão fiscalizador, quer do Município, quer de entidades com participação municipal, tenha que ser proposto pela Câmara e aprovado pela Assembleia Municipal aquilo que se propõe. ------

- Os documentos que foram juntos, penso que esclarecem o que é que foi feito. O que foi decidido foi convidar todos os Revisores Oficiais de Contas com domicílio em S. João da Madeira e, por outro lado, convidar as chamadas "Big Four", portanto, as consultoras de referência no mercado. ----------

- Uma das condições de pré-qualificação que aqui existia, era que fossem entidades com experiência demonstrada neste tipo de atividade, que é uma atividade muito específica. Enviados os convites para a apresentação de proposta a todas as entidades que aqui constam, o júri informou que apenas uma proposta foi recebida nas condições estabelecidas no concurso,

essa proposta foi a da Deloitte & Associados e o valor da proposta são vinte mil euros para quatro anos. Portanto, vinte mil euros para quatro anos é um preço que está completamente dentro do que é normal nestas coisas. E foi neste sentido que foi proposto à Câmara e que a Câmara vem propor à Assembleia Municipal que delibere no sentido de se adjudicar este trabalho que é necessário, da revisão de contas da Empresa Águas de S. João, a este concorrente específico." ----------

---------- MANUEL JOAQUIM NEVES DOS SANTOS / MOVIMENTO INDEPENDENTE SJM SEMPRE - No uso da palavra, e após saudar todos os presentes, disse: ----------

--- "Sobre este assunto gostaria de dar início a esta minha intervenção com uma informação e uma questão. Em primeiro lugar comunico que nós, Movimento SJM Sempre, entendemos que a contratação de um Revisor Oficial de Contas é uma questão pacífica. E em segundo a dúvida que me assola é a seguinte: O Revisor Oficial de Contas, na sua função de revisão, é um fiscal, integra o Conselho Fiscal ou é um fiscal único que verifica a legalidade e fiscaliza a gestão, denunciando-a por eventuais crimes tipificados como públicos? ----------

- O Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais diz que o papel do fiscal único é fundamental, sendo a sua existência um requisito obrigatório para as empresas locais. E no seu ponto seis do artigo vinte e cinco são enumeradas as diversas obrigações do fiscal único desta entidade. Não as vou enumerar e dentre todas salientava as seguintes: A primeira, a função de fiscalização da ação do órgão de gestão ou de administração que faz parte do grupo de funções genéricas de fiscalização previstas para as sociedades comerciais. Note-se que a redação do antigo regime jurídico da atividade empresarial local mencionava apenas a fiscalização da ação do conselho de administração, tendo o novo alargado o âmbito desta função através da inclusão do órgão de gestão. Trata-se, por isso, de uma função equivalente ao compromisso dos ROC nas diversas sociedades comerciais, podendo ser consultado, mais em pormenor, os artigos quatrocentos e vinte, quatrocentos e vinte e dois do Código das Sociedades Comerciais, que aborda os temas dos deveres e das competências dos membros do conselho fiscal, ou fiscal único nas sociedades anónimas. ----------

- Dada a importância do assunto, saliento algumas competências e deveres constantes nestes artigos. Competências: Vigiar a observância da lei, cumprimento do contrato de sociedade, fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e sistemas de controlo interno. Deveres:

Participar nas reuniões e assembleias sempre que for convocado, exercer uma fiscalização consciente e imparcial, guardar segredo dos factos e informações que tenha obtido no exercício das suas funções. ----------

- Em segundo lugar, saliento a participação de irregularidades e prenunciação sobre assuntos de interesse. A função de participação de irregularidades é genérica à profissão do ROC. Aplica-se em qualquer tipo de sociedades, incluindo as empresas locais. O ROC, deve conhecer e compreender o quadro legal aplicável ao setor de atividade em que a entidade opera e verificar se os normativos e os regulamentos estão a ser cumpridos. O trabalho deve ser executado com inteligência e zelo profissionais e cumprir as disposições do Código de Ética e Deontologia profissional, designadamente no tocante a independência, competência e sigilo profissional. ----

- A expressão irregularidades é muito vasta, podendo ter contornos mais simples, por exemplo, se estivermos perante pequenos erros imateriais, ou pode ser mais grave, nos casos de existência de fraude. Nos casos em que as irregularidades são de tal ordem graves e se tornam crimes, existe o dever de participação ao Ministério Público factos detetados no exercício das suas funções que constituam crimes públicos. E este dever de participação está consagrado, também, para todos os outros membros do Conselho Fiscal, nos casos em que não exista apenas o Fiscal Único. ----------

- Os diplomas, Código Penal e Regime Geral das Infrações Tributárias, exemplificam diversos comportamentos que podem ser classificados como crimes públicos, tais como: o abuso de confiança, a burla tributária, a falsificação ou o furto de documentos, entre outros. ----------

- O Fiscal Único terá ainda de participar aos órgãos e entidades competentes os factos que considere reveladores de graves dificuldades da prossecução do objeto da empresa local; pronunciar-se sobre qualquer assunto que seja de interesse da empresa local, quando for solicitado para tal pelo órgão de gestão ou administração, e o dever de participar nas reuniões do Conselho e assistir às Assembleia Gerais e reuniões de Administração, sempre que convocado. ----------

- Relativamente ao assunto atividade empresarial local e participação local, saliento o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, o artigo quarenta e três, sobre transparência, onde se lê que: Primeiro - As empresas locais tem obrigatoriamente um sítio na Internet. Segundo - As empresas locais mantêm permanentemente atualizado, no seu

sítio da Internet, a seguinte informação: a) Contrato de sociedade e estatutos; b) Estrutura do capital social; c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular; d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais; e) Número de trabalhadores, desagregados segundo a modalidade de vinculação; f) Planos de atividades anuais e plurianuais; g) Plano de investimentos anuais e plurianuais; h) Orçamento anual; i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente, relatório anual do órgão de gestão ou de administração, o balanço a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização; j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão; k) Pareceres previstos nas alíneas a) a c) do número seis do artigo vinte e cinco. ----------

- Postas as dúvidas anteriores, termino informando que até à data desta reunião não tive conhecimento de informações que considero essenciais, mas espero que venham a ser esclarecidas com a Auditoria à Empresa Municipal Águas de S. João. Nem acesso ao caderno de encargos, que iria permitir, por exemplo, analisar a prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas, razão pelas quais o meu voto será a abstenção." ----------

---------- ILÍDIO MOREIRA LEITE / PSD – (Protesto) – No uso da palavra, disse: ----------

--- "Após ter ouvido, tão longamente, a leitura do Senhor Deputado Manuel Neves, de normativos legais, e não só, relembrar que é a minha profunda convicção e acho que é de todo verdade que é uma competência de todos os Deputados a leitura, saber ler, creio que todos os Deputados sabem ler. ----------

- E apenas era isso que eu queria consignar por ora". ----------

---------- Não se registando mais intervenções, o Senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, colocou a proposta à votação. ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria dos presentes, com 16 votos a favor (sendo 8 do PSD, 6 do PS e 2 do CDU), e 1 abstenção do Movimento SJM Sempre. ----------

----- Não estiveram presentes na votação os Deputados: Carlos Tavares Fernandes, do PSD, Luís Quintino dos Santos Lima, do Movimento SJM Sempre, Márcia da Silva Lopes, do PS, Pedro Emanuel Tavares Costa Santos, do PS, e Rodolfo António Teixeira D Andrade de Oliveira, do PS.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA

---------- Foi lido o teor da minuta e colocada à discussão. ----------

---------- Não se registando intervenções, foi posta à votação. ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. ----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL _____

O PREIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____